

1 - A perspectiva psicossocial para investigar entidades para crianças e adolescentes na assistência social

Silvio José Benelli

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BENELLI, SJ. A perspectiva psicossocial para investigar entidades para crianças e adolescentes na assistência social. In: *O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes: perspectivas contemporâneas* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2016, pp. 19-48. ISBN 978-85-6833-475-1. Available from: doi: [10.7476/9788568334751](https://doi.org/10.7476/9788568334751). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yzs9w/epub/benelli-9788568334751.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

1

A PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL PARA INVESTIGAR ENTIDADES PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuível pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade; sua referência fundamental era não ao estado de natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina, não ao contrato primitivo, mas às coerções permanentes, não aos direitos fundamentais, mas aos treinamentos indefinidamente progressivos, não à vontade geral mas à docilidade automática (Foucault, 1999, p.142).

A perspectiva psicossocial

O enfoque desta pesquisa parte de uma perspectiva institucional crítica e problematizadora tanto da Psicologia – campo de saberes, de práticas e de produção de realidade social – quanto da Assistência Social enquanto política pública. O olhar adotado é

pautado por um conjunto de instrumentos teóricos que foi sendo elaborado ao longo de um processo ativo de formação, de estudos, de reflexões, de produção de pesquisas e de publicações. Os instrumentais analíticos empregados incluem elementos do Materialismo Dialético, da Análise Institucional, da Psicologia Social, da Filosofia de Michel Foucault, bem como da Psicanálise de Freud a Lacan.

Propõe-se que a perspectiva para construir uma interessante interface entre a Psicologia e a Assistência Social poderia ser designada como modalidade psicossocial. Com essa possibilidade, pretende-se que a Psicologia não se reduza a uma oferta de serviços clínicos e terapêuticos, num viés terapêutico curativo, adaptativo e normalizador.

Longe de qualquer ecletismo superficial e apressado, convém explicitar que se trata de uma perspectiva teórica multidisciplinar e transdisciplinar – pois objetos complexos exigem também perspectivas complexas de abordagem – e é preciso notar que cada um desses itens que compõem os pressupostos teórico-técnicos adotados guarda sua especificidade, não podendo ser reduzido a um denominador comum que apagasse seus aspectos irredutivelmente singulares e excludentes. Merece destaque o fato de que eles permitem diferentes níveis de análise, o que enriquece sobremaneira a compreensão dos fenômenos investigados.

Procuramos driblar tanto uma excessiva psicologização da existência social quanto uma sociologização extremada, calcada em certo politicismo da vida social. Para alcançar esse objetivo, é importante construir uma perspectiva teórica consistente e operativa, partindo de uma abordagem que seja no mínimo dialética quanto ao tratamento do tema. De partida, é preciso considerar que é possível transitar por universos teóricos que vão dos mais tradicionais e conservadores aos mais contestadores, revolucionários e emancipadores no campo da Psicologia, no plano acadêmico e científico e no Serviço Social. De igual modo, a prática profissional de psicólogos e de profissionais do Serviço Social pode estar mais ou menos alinhada com perspectivas mais arrojadas ou mais tradicionais,

sendo também condicionadas pelas questões sócio-históricas estruturais, conjunturais e institucionais. Assim como a Psicologia não se confunde com o campo da saúde, a profissão do Serviço Social não se confunde com o campo da Assistência Social. Ambos os profissionais têm suas agências de formação específicas e podem trabalhar em diversos campos sociais e institucionais.

Estamos no início do século XXI, atravessando grandes transformações socioculturais produzidas pelo impacto do desenvolvimento tecnológico e da informática no cotidiano – novas formas de relacionamento, de produção, de consumo, de produção de subjetividade se manifestam. A subjetividade (modos de ser, sentir, pensar e agir constitutivos do sujeito em determinado momento histórico) é tecida no contexto institucional pela rede de micropoderes que sustentam o fazer cotidiano (institucional), operando efeitos de reconhecimento/desconhecimento dessa ação concreta.

A produção de subjetividade remete fundamentalmente ao plano micropolítico, microfísico das relações instituintes e instituídas no contexto das entidades assistenciais. As relações pedagógicas, terapêuticas e educativas entre educadores sociais e a clientela não são estáticas entre polos constituídos, mas estão em permanente constituição e ordenação – plenas de vicissitudes –, em constante transformação dos lugares e posições no interior das relações, numa pulverização dos lugares instituídos e instituintes. As instituições implementadas em organizações e estabelecimentos não apenas realizam – quando conseguem – os objetivos oficiais para os quais foram criadas, mas produzem determinada subjetividade em seus vários atores, sujeitos são fundados no interior das práticas, sujeitos ao mesmo tempo constituídos no e constituintes do cotidiano institucional. O pensamento costuma reificar objetos e sujeitos que só existem enquanto se produzem, e são produzidos dentro de determinadas práticas institucionais.

As técnicas de vigilância, punição, controle social e produção de sujeitos também estão se sofisticando a partir do suporte da tecnologia de ponta. Mesmo nesse contexto de mudanças, as antigas instituições totalitárias ainda não desapareceram da sociedade

contemporânea (Benelli, 2004). Goffman (1987, p.11) define a instituição total “como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. Seu traço principal é que ela concentra todos os diferentes aspectos da vida de uma pessoa (trabalho, lazer, descanso, tratamento) no mesmo local e sob a autoridade de uma equipe dirigente. Dentre as práticas sociais de modelagem da subjetividade, a internação em instituições totais tem sido historicamente uma estratégia extremamente frequente. Essas instituições foram e continuam sendo utilizadas como agências produtoras de subjetividade, modelando-a de acordo com o contexto institucional ao promover relações peculiares entre dirigentes e internados no conjunto das práticas institucionais (Goffman, 1987; Foucault, 1999; Benelli, 2004, 2006b, 2007, 2013, 2015). Além da presença das instituições totalitárias e disciplinares clássicas, temos o florescimento de inúmeras instituições mais abertas, nas quais os indivíduos permanecem uma boa parte do seu dia, mas que já não funcionam em regime de internato. É possível que muitos dos estabelecimentos assistenciais se enquadrem na categoria de instituições que funcionam apenas durante o dia, recebendo eventualmente uma turma de usuários pela manhã e outra no período vespertino, alternando com a escola a tarefa de se ocupar com as crianças e adolescentes tidos como “pessoas em situação pessoal e social de risco”. As instituições assistenciais se tornaram mais abertas e flexíveis, abandonando a estratégia do confinamento permanente.

Para estudarmos a multifacetada realidade que constitui a Assistência Social para crianças e adolescentes e as entidades que a executam, necessitamos de uma abordagem também complexa e transdisciplinar. Nossa perspectiva pauta-se na AI, na qual incluimos um conjunto variado de autores (Baremlitt, 1998; Foucault 1999; Costa-Rosa, 2000, 2013; Martins, 2002; Barus-Michel, 2004; Rocha, 2006; Rodrigues, 2013) que nos permitiram realizar uma pesquisa transversal, transitando por

diferentes campos de saberes e práticas sociais: saúde, educação não formal, Pedagogia, Assistência Social, Direito, Justiça, Psicologia Social, pensamento institucionalista e também foucaultiano, por meio da revisão da literatura, buscando compreender nosso tema de investigação.

Vamos tratar desses autores e resenhar suas contribuições para nosso trabalho, sabendo que eles possuem diferenças expressivas e aspectos singulares que não podem ser uniformizados de modo eclético. Respeitando suas especificidades conceituais, entendemos que eles nos permitem níveis diversos de análise que tornam nossa abordagem do fenômeno social sobre o qual nos debruçamos mais acurada.

Explicitando o campo das abordagens psicossociais

Podemos afirmar que Vasconcelos (2008) utiliza uma perspectiva de análise histórica e conjuntural para propor sua formulação específica quanto ao que denomina *campo das abordagens psicossociais*, fornecendo elementos valiosos para nossa perspectiva analítica, razão pela qual optamos por resenhar extensamente seu trabalho. De modo um pouco aleatório, ele organiza um conjunto de elementos que incluem aspectos teórico-assistenciais, técnico-assistenciais, jurídico-políticos e socioculturais. O campo teórico-prático aplicado das abordagens psicossociais é nomeado por Vasconcelos

no plural, por sua perspectiva eminentemente pluralista, multidimensional e interdisciplinar, e marcado inexoravelmente por um engajamento ético e político nas lutas dos vários movimentos sociais universais e seus projetos históricos, bem como na construção de políticas sociais universais e marcadas pelos princípios da integralidade, intersetorialidade e ampla acessibilidade, como direito do cidadão e responsabilidade do Estado (p.11).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 2005) está sendo construído por equipes multiprofissionais compostas por trabalhadores do Serviço Social, psicólogos, pedagogos e também por diversos outros profissionais. Essas equipes desenvolvem atendimentos e intervenções com indivíduos e famílias considerados em “situação pessoal e social de vulnerabilidade”, sobretudo por causa da pobreza. O objeto de trabalho desses profissionais consiste em manejar os problemas sociais em suas múltiplas manifestações na coletividade social. Há múltiplos componentes psicossociais envolvidos nessa problemática, o que exige abordagens também complexas, criativas e inovadoras.

Vasconcelos (2008) mapeia de modo sistemático a história de todo um conjunto de práticas, movimentos e abordagens teóricas e técnicas do campo psicossocial, discutindo ainda o processo de construção de conhecimentos e descrevendo algumas características do processo de trabalho nessa área. Ele delinea o percurso no campo da saúde pública e da saúde mental do século XIX até o presente, explicitando as principais forças em luta pela hegemonia nessa área, caracterizando as tendências que construíram as perspectivas tradicionais do campo e revisando as importantes tendências que emergiram durante o século XX que permitiram a superação do modelo médico e clínico (terapêutico-curativo) convencional, normalmente alinhado com os interesses da elite hegemônica, na direção de formular modalidades de atuação profissional que pudessem ser caracterizadas como abordagens psicossociais. Essa perspectiva inovadora de trabalho profissional se alinha a interesses, necessidades, demandas e desejos do polo subordinado, ou seja, “os interesses popular-democráticos, com forte ênfase na análise das interligações da subjetividade com os fenômenos políticos, sociais, grupais, institucionais e culturais” (p.16).

Depois de apresentar o panorama histórico das práticas e das diferentes contribuições teóricas, disciplinares e profissionais que compõem o campo das diferentes abordagens psicossociais, Vasconcelos passa a apresentar alguns dos pressupostos teóricos

que orientam o campo, alinhados com uma perspectiva democrático-popular crítica. Ele afirma que “as abordagens psicossociais constituem uma área de conhecimento cujo objeto é a interseção de fenômenos psicológicos, sociais, biológicos e ambientais, formando um campo aplicado”. (2008, p.141). A seguir, ele enumera os princípios teóricos que balizam o campo das abordagens psicossociais:

a) Os fenômenos psicológicos estão numa relação de interação dialética integral com todas as outras dimensões da vida, devendo ser situados no seu contexto histórico, com suas determinações e finalidades sociais, políticas e culturais. Considera-se a incidência sobre os fenômenos psíquicos dos fatores e dos processos biológicos, ambientais, sócio-históricos, culturais e políticos. A maioria das abordagens clínicas convencionais tende a escotomizar a vida social e a considerar apenas o homem na sua individualidade descontextualizada, tal como propõe a perspectiva liberal. No ato do atendimento, os planos individuais, sociais e coletivos devem ser considerados de modo concomitante e dialético.

b) O “objeto” de conhecimento e de intervenção deve ser considerado em sua complexidade dialética integral.

Este movimento de ampliação do objeto das abordagens e da Atenção Psicossocial implica uma verdadeira revolução epistemológica e teórica no processo de construção do conhecimento, na direção de maior complexidade, bem como em um processo de crítica, desconstrução e reconstrução dos paradigmas convencionais de conhecimento científico e profissional (p.143).

c) Responsabilização dos serviços públicos pela integralidade das necessidades sociais de seus usuários, o que implica na provisão integrada de atendimento pelas diversas agências do Estado ou pelos dispositivos de atenção intersetorial. As práticas privadas da Medicina e da Psicologia tendem a oferecer serviços cada vez mais especializados e fragmentados, sob a lógica do mercado. O cidadão de direitos fica reduzido a um consumidor, e muitas de suas

necessidades não podem ser atendidas pelas ofertas privadas. Contrariando essa tendência, o autor insiste

na perspectiva da atenção pública e gratuita como direito social e responsabilidade do Estado, baseado nos princípios da universalização, integralidade, intersetorialidade, descentralização e territorialização da atenção, integração institucional e da gestão, bem como de participação e controle social das políticas e programas pela sociedade civil e pelos trabalhadores (loc. cit.).

d) É preciso evitar tanto o reducionismo da “psicologização” da vida social quanto o politicismo e a “sociologização” dos problemas sociais que suprimiriam as particularidades dos fenômenos psíquicos. Os “processos de subjetivação” e a “produção de subjetividade”¹ são concomitantes e dialeticamente integrados, ou seja, a “realidade psíquica” se produz no contexto sócio-histórico, político, ideológico e cultural mais amplo da produção coletiva da vida social. Como aponta Vasconcelos,

as abordagens psicossociais direcionadas pela perspectiva popular-democrática não podem considerar a subjetividade e os processos psíquicos como fenômenos estritamente individuais e singulares [...] os processos grupais e institucionais, as relações e a cultura de gênero, as formas de interação com o meio ambiente, bem como os processos coletivos e culturais mais amplos da socie-

1. É importante observar que o tema da subjetividade é tratado por diferentes autores sob vários pontos de vista, de acordo com Benelli e Silva (2015). Podemos indicar os trabalhos de Foucault (1982, 1984, 1985), de Deleuze e Guattari (2009) e Lacan (1979, 1998), que apresentam aspectos específicos e singulares, divergentes e irredutíveis entre si, mas também com alguns possíveis pontos de contato, evitando ecletismos ligeiros. Interessa-nos particularmente o “processo de subjetivação” e de “constituição do sujeito”, bem como os operadores propostos pela Psicanálise de Freud e Lacan para entender o processo de constituição subjetiva, que é sempre histórico, social, inconsciente e estrutural.

dade, mesmo políticos, são inteiramente atravessados por processos subjetivos e psicológicos, e o desvelamento desses processos é fundamental para qualquer perspectiva emancipatória (Vasconcelos, 2008, p.144-145).

e) É preciso considerar que “a maioria dos fenômenos físico-químicos, biológicos e ambientais sofre forte influência dos fenômenos humanos” (Ibid., p.145) e isso se verifica de modo exemplar na engenharia genética, na poluição e na destruição da biodiversidade, na força da indústria farmacêutica. Como o autor aponta,

Os processos biológicos que incidem sobre os fenômenos psicossociais em estudo não podem ser considerados como se constituíssem uma determinação isolada dos processos psíquicos ou como processos independentes da dimensão social, histórica e ambiental, como normalmente faz o paradigma biomédico convencional, orientado pelo positivismo (loc. cit.).

f) “As abordagens psicossociais que visam a um compromisso com os interesses históricos dos grupos populares devem levar em conta o contexto das desigualdades sociais, étnicas, culturais, linguísticas e de gênero, em que se inserem” (loc. cit.). Isso implica num esforço de contextualizar os problemas concretos em diversos níveis de análise, superando a tendência a considerar o indivíduo de modo isolado do seu contexto pessoal, da sua classe social e dos demais planos coletivos que são constitutivos do seu modo de ser, bem como se busca evitar os processos de “culpabilização individual” (Guareschi, 1999). Considera-se a existência de “mecanismos estruturais de opressão e discriminação social, de gênero, étnica e cultural e de desigualdade no acesso formal a serviços” (Vasconcelos, 2008, p.146.) Também é preciso estar atento aos processos de sobrecodificação da subjetividade, que imprimem marcas e formas de ser e introjetam a subordinação e todo um conjunto de representações sociais hegemônicas, bem como de características específicas nos membros dos grupos populares espaliados.

g)

As teorias psicossociais comprometidas com uma perspectiva popular-democrática devem evitar qualquer perspectiva teórica funcionalista que isole e autonomize a dimensão psíquica ou que a aprisione em fronteiras rígidas de normalidade e de doença que acabem empurrando-a na direção da adaptação e do ajustamento dos indivíduos e grupos humanos aos valores e padrões sociais aceitos pela sociedade mais ampla (loc. cit.).

Considera-se que os processos psicológicos são tecidos e transformados de modo concomitante com os processos sociais, históricos, políticos, ideológicos e culturais. Processo coletivo, designado como processo de produção de subjetividade e de subjetivação. Como o autor aponta,

A transformação da realidade psíquica interna em cada indivíduo se produz de forma inteiramente conectada e ao mesmo tempo conflituosa com a realidade social e cultural externa, uma vez que o inconsciente e o desejo forçam permanentemente os limites atuais da realidade, conformando os processos instituintes e transformando o real existente (loc. cit.).

Ainda como parte dos elementos que compõem o objeto das abordagens psicossociais, indica os seguintes elementos são apontados:

- o conhecimento crítico da realidade, das relações de poder e das contradições e lutas sociais na sociedade envolvidos nos processos psicossociais;
- a luta pela transformação social das condições concretas de vida, de moradia e de trabalho, e de reprodução social dos usuários da Atenção Psicossocial;
- o amplo reconhecimento das necessidades específicas dos indivíduos e grupos sociais usuários da Atenção Psicossocial, particularmente daqueles com algum grau de dependência ou fragilidade,

umentando a oferta, a universalização e a acessibilidade a dispositivos adequados de atenção e cuidado;

– a mudança dos serviços e políticas sociais envolvidos, bem como dos saberes científicos e profissionais que incidem no campo e dos pressupostos epistemológicos que os sustentam;

– a ampliação e a defesa dos direitos civis, políticos e sociais dos usuários e principalmente dos indivíduos mais fragilizados, no sentido do seu empoderamento, autonomização, participação política e social, e conquista de plena cidadania.

– a reinvenção de modos de viver no sentido de maior criatividade e inovação, estimulando indivíduos e grupos sociais para que questionem os padrões aceitos de normalidade e os mecanismos de estigmatização e discriminação, para que ampliem o rol de possibilidades e a aceitação das diferenças existenciais na vida social e cultural, exatamente na direção contrária da adaptação e do ajustamento (Ibid., p.146-147).

Características principais do campo e de seu processo de produção de conhecimento

A construção do conhecimento no campo das abordagens psicossociais deve levar em consideração as seguintes indicações:

a) A configuração do campo psicossocial e do seu objeto são amplas, mas como não é possível lidar com tantas variáveis e processos complexos de modo indiferenciado, é necessária uma delimitação clara quando se trata de circunscrever um tema de estudo ou de pesquisa, além de processos de intervenções concretas. Nesse caso, vale a distinção feita pela AI entre *campo de análise* e *campo de intervenção* (Baremblyt, 1998).

As abordagens psicossociais constituem portanto um campo eminentemente plural, multidimensional e complexo, já que composto por variados fenômenos e objetos, mas que realiza

delimitações temáticas e interventivas provisórias, e dentro desse campo delimitado, este objeto mais específico é visto da forma ampliada [...], em um movimento que busca uma totalização progressiva, mas sempre inacabada, mediante um conhecimento pluralista e interdisciplinar, mas sempre em processo aberto de contínua produção e de novas incorporações (Vasconcelos, 2008, p.148).

b) Busca-se superar a perspectiva baseada nos especialismos, própria da postura acadêmica convencional (Chauí, 2000). É comum que os profissionais empreguem uma teoria de modo prévio no seu contato com a realidade, procurando fazê-la enquadrar-se na sua visão teórico-técnica, de modo reducionista. Contrariando tal tendência, é preciso tomar

como ponto de partida irredutível a aceitação da complexidade do tema, fenômeno, prática ou programa de política pública em foco, reconhecendo as características próprias e as formas com as quais esses objetos e temas emergem historicamente para nós, como desafio para nosso conhecimento teórico e nossa intervenção prática. [...] é só a partir da complexidade do próprio objeto que as definições teóricas e contribuições metodológico-operativas mais concretas poderão ser definidas com maior precisão (Vasconcelos, 2008, p.149).

c) Na definição das questões fundamentais a serem investigadas, é importante levar em conta a distinção que a AI propõe entre o que seria a “demanda explícita ou oficial”, sempre marcada por uma “encomenda” por parte do grupo dominante interessado em fortalecer o controle e a subordinação, e a “demanda implícita”, portadora dos interesses do polo subordinado, que se encontra normalmente reprimido e emudecido (Baremlitt, 1998). Portanto, não se trata ingenuamente de aprimorar o funcionamento da instituição sem mais, mas de

redirecionar o foco da abordagem no sentido das demandas e dos interesses dos atores e grupos sociais submetidos a relações sociais e institucionais de exploração, dominação e opressão, pois geralmente eles são os portadores das forças mais efetivamente instituintes e transformadoras da realidade social (Vasconcelos, 2008, p.150).

Os analisadores espontâneos e construídos (Lourau, 1995; Barremblitt, 1998) são tomados como lugares da emergência e da explicitação das demandas reprimidas e implícitas dos atores sociais do polo subordinado.

d) O ponto de partida e o principal pressuposto das abordagens psicossociais se fundamentam numa “clara postura ético-política, definida a partir de valores comuns e da práxis histórica, e que se refletem em escolhas teóricas” (Vasconcelos, 2008, p.150), alinhada com os interesses e projetos históricos das classes populares. Trata-se de

um compromisso ético e político básico e inarredável com as necessidades, interesses, projetos históricos, lutas e ações dos movimentos sociais populares e da maioria da população, por um lado, e em particular, com o primado da responsabilidade social pela produção da Atenção Psicossocial em políticas, programas e serviços públicos de saúde, saúde mental, assistência social, trabalho e educação, orientados pelos princípios da universalidade, integralidade da atenção, intersetorialidade e interdisciplinaridade (Ibid., p.151).

e) A práxis é tomada como o principal critério de aferição, escolha e produção de conhecimento. Evitando formular perspectivas idealistas, é preciso considerar que a busca da emancipação é uma construção dialética instituída/instituinte, na qual “o novo sempre emerge como uma transformação e conservação, em outro nível, do velho” (Ibid., p.153). Portanto, é importante avaliar as experiências alheias para aprender com elas e avançar a partir de

seus elementos críticos e progressistas, empregando-os na invenção de novas possibilidades sociais de existência. Nesse sentido,

não há espaço para desperdícios da rica práxis humana, em nome de uma essência do gênero humano que emergiria automaticamente quando se superasse o que identificamos hoje como os obstáculos societários e históricos para uma idealizada emancipação humana a priori, que supostamente viria já previamente dirigida “para o bem” (Ibid. p.154).

f) Considerar concretamente o que se faz na prática, aquém e além dos discursos oficiais, com todas suas implicações científicas, políticas e éticas, exige também a superação de certo conservadorismo próprio da academia bem pensante, avessa às inovações e aos seus riscos inerentes,

tais como os de *híbris heróica*, de simplificações e ecletismos, de supervalorização unilateral de processos e perspectivas particulares, de desconhecimento de uma outra produção significativa já disponível, etc. Para enfrentar esses riscos, há maiores exigências de rigor epistemológico, de organicidade permanente com a pesquisa, com as práticas nas políticas públicas e com os movimentos sociais, e de análise da implicação dos produtores deste conhecimento (Ibid., p.154-155).

A opção estaria entre as alternativas de errar criando e inovando enquanto se busca acompanhar os fluxos múltiplos e efervescentes da vida social, ou manter-se na defensiva, procurando assegurar velhas construções teóricas já consolidadas e conquistas políticas do passado que dão segurança ao preço da paralisia e imobilidade.

g) O coeficiente de transversalidade é tomado como parâmetro para mensurar a potência emancipatória das abordagens e projetos psicossociais:

Segundo uma indicação conceitual/operativa de Guattari, o grau de autonomia e a potência emancipatória de um grupo-sujeito militante em relação ao seu contexto dependem da capacidade de identificar e colocar em questão o máximo de dimensões em que se está implicado ou que atravessam transversalmente o grupo (Ibid., p.155-156).

h) O potencial contra-hegemônico de um grupo, projeto ou teoria psicossocial e a capacidade de apresentar alternativas contraditórias no sentido propriamente dialético ao estabelecido podem ser calculados a partir da capacidade de criar redes de aliados, articulando diálogos e interações com intelectuais, técnicos e gestores, tanto com os mais convencionais quanto os mais engajados, críticos e militantes, construindo equipes interprofissionais e multiprofissionais de trabalho que funcionem de modo democrático e horizontal.

Algumas características do processo de trabalho no campo psicossocial

Vasconcelos (2008) fornece uma formulação/síntese que procura explicitar as características do processo de trabalho no campo psicossocial:

O processo de trabalho na Atenção Psicossocial tem entre suas características o fato de que é hegemonicamente do tipo trabalho-intensivo, é majoritariamente sustentado em tecnologias leves e em relações pessoais diretas entre trabalhadores entre si, com a população em geral e particularmente com os usuários de serviços, e mobiliza forte implicação pessoal dos trabalhadores. Essas características têm profundas conseqüências para os trabalhadores da área e para a gestão do trabalho e dos recursos humanos no campo (p.159).

A hegemonia do modo de produção capitalista cria formas de gestão, administração e trabalho marcadas pela hierarquização vertical e autoritária, pela centralização e controle burocrático, sendo basicamente heterogestivas, visando produzir bens de consumo, explorar a mais-valia e reproduzir as relações sociais de dominação-subordinação-exclusão. Tais modalidades de trabalho nefastas também incidem no trabalho que se pretende realizar na perspectiva psicossocial.

Essas tendências são reforçadas pelas condições desfavoráveis de trabalho no contexto neoliberal, marcadas pelo desinvestimento geral nas políticas públicas, desemprego massivo, precarização e perda dos direitos básicos do trabalho, baixos salários, multiemprego, deterioração da infra-estrutura; controles crescentes e forte exigência de produtividade quantitativa, etc (Ibid., p.159-160).

O processo de trabalho no campo psicossocial é pautado por perspectivas bastante diversas, inclusive nas esferas da gestão, da administração e do planejamento (Ibid.):

a) Tem fortes implicações pessoais, relacionadas com a formação crítica, com o engajamento social e político e com a militância pela transformação social. Dirige-se para o atendimento de necessidades sociais e pessoais de coletivos e de indivíduos, sobretudo quando realizado no âmbito público, em meio a relações que configuram bens de uso (que se produzem e se consomem na própria relação social) visando produzir outras formas de sociabilidade. É marcado por um componente ético e simbólico profundo, incluindo dimensões religiosas/espirituais ou ideológico/políticas duradouras. As características e o estilo pessoal do trabalhador, bem como a sensibilidade para as questões de gênero, estão implicadas nas formas de contato com os usuários.

b) Expõe o trabalhador a um contato permanente com situações complexas, que envolvem sofrimento humano intenso, pobreza, miséria e morte, o que gera forte desgaste, estresse e cansaço.

c) Impulsos contrários de envolvimento e de necessário afastamento geram tensão no trabalhador.

d) A improvisação, o amadorismo, a fragilidade teórico-técnica, os investimentos estruturais incipientes, o clássico descaso das autoridades políticas quanto à importância da construção, fortalecimento e consolidação das políticas públicas repercutem nas condições de ação dos trabalhadores, os quais devem tomar

decisões importantes, mas geralmente são tomadas em curto prazo de tempo, em contextos de incerteza, falta de informações suficientes, ausência de diretrizes claras preestabelecidas, com baixa padronização ou muito dependente das circunstâncias, e que por outro lado costumam ter profundas implicações na vida e no destino das pessoas e grupos implicados (Ibid., p.160).

e) Exige autonomia do profissional, marcado por um diferencial teórico-técnico e ético-político alinhado com os interesses populares, que normalmente não corresponde às expectativas mais comuns que permeiam o imaginário social, e

uma vez que valoriza dimensões normalmente recalçadas nos indivíduos e na vida social, se sustenta em informações confidenciais, é obrigado a avaliar mais profundamente as demandas latentes dos usuários e as implicações das decisões nos diversos atores envolvidos, e também porque implica levar em conta normas institucionais, conhecimento teórico-operativo e oferta de serviços de apoio ou de referência, elementos normalmente desconhecidos do público. [...] em muitos casos, suas posturas, decisões e encaminhamentos têm dificuldades de ser inteiramente compreendidos pelos usuários e suas famílias, ou até, às vezes, podem gerar rebeldias ou contestações abertas (Ibid., p.160-161).

f) A fragilidade das condições institucionais de trabalho, aliadas com a especificidade da abordagem profissional no campo

social prático, nem sempre permite o reconhecimento pleno de uma ação técnica de qualidade:

A combinação dessas características do processo de trabalho com a crescente deterioração das condições de trabalho [...] têm implicações explosivas para os profissionais e demais trabalhadores do campo psicossocial. Uma das mais flagrantes no contexto atual é a forte incidência de sofrimento no trabalho, expresso nas altas taxas de prevalência de sintomas de *burn out* (esgotamento) entre trabalhadores e profissionais das áreas social, saúde, saúde mental, educação e segurança (Ibid., p.161).

Médicos, enfermeiros, professores, assistentes sociais, psicólogos, dentistas, bombeiros, agentes penitenciários, policiais e cuidadores em geral seriam os profissionais mais vulneráveis aos efeitos insalubres do trabalho direto com os problemas sociais nas suas múltiplas manifestações. Sabemos que uma riqueza de problemas é produzida pelo capitalismo predatório e espoliador, que também é o responsável pela lógica do desinvestimento e desresponsabilização do Estado quanto ao equacionamento dessas questões.

Vejamos quais são as características desejáveis do ambiente, dos recursos humanos e da gestão do trabalho no campo psicossocial, de acordo com Vasconcelos (2008):

a) A cultura institucional deve ser radicalmente democrática e autogestiva, e isso

requer uma cultura política e estilos de cogestão participativos e o mais democráticos possível, que possibilitem liberar as forças instituintes/subjetivantes e a força autogestora e criadora do trabalho vivo em potência, bem como ir pactuando gradualmente nos coletivos os princípios ético-políticos mais gerais que direcionarão a prática comum e global dos trabalhadores e dos serviços, além de permitir estabelecer o planejamento das metas prioritárias de curto, médio e longo prazo (Ibid., p.162).

b) A formação em serviço por meio de uma intervenção institucionalista

exige fortes programas de capacitação e educação permanente no trabalho, capazes de promover uma ressocialização dos profissionais e trabalhadores que amplie e remodele padrões de formação e culturas profissionais convencionais com que foram treinados na universidade e na maioria dos demais ambientes de trabalho (loc. cit.).

c) A supervisão profissional permanente no campo de atuação

requer um programa permanente de supervisão profissional em campo que seja competente para incluir não só a aquisição de novos conhecimentos teóricos e operativos, mas também e particularmente para abordar questões estratégicas da inserção do serviço no contexto mais geral das políticas sociais na cidade e no país, os desafios e conflitos das relações de poder e dos processos grupais vivenciados na vida institucional e nos dispositivos de trabalho com os usuários e as questões da implicação pessoal, subjetiva e/ou relacional com o sofrimento no trabalho (loc. cit.).

d) Supõe instituições e estabelecimentos eficazes, eficientes e resolutivos. Também “exige o desenvolvimento de agências eficientes e de um programa abrangente de saúde e saúde mental no trabalho, para lidar com as múltiplas implicações do sofrimento oriundo do trabalho” (loc. cit.).

e) Exige um engajamento politizado e uma participação política efetiva dos trabalhadores, além da

atuação sindical e corporativa (dos conselhos específicos de cada profissão) dos servidores e demais trabalhadores, para lutar por contratações permanentes, boas condições de trabalho, remuneração e carreira profissional, contrapondo-se às tendências de deterioração [...], particularmente associadas ao contexto neoliberal (loc. cit.).

f) Exige uma articulação do trabalho em rede efetiva, concreta, implicada, com

forte integração dos diversos atores e agências que atuam em um mesmo território, em fóruns específicos regulares dentro de um mesmo campo de políticas sociais e entre os demais, para promover o conhecimento das necessidades comuns, das possibilidades de cooperação e trabalho conjunto (como o encaminhamento responsável e monitorado, o trabalho em rede, o apoio matricial, o planejamento integrado, etc., como formas de intersectorialidade e de implementação da integralidade), para identificação de problemas/desafios e articulação de lutas comuns, e particularmente no exercício do controle social, nos conselhos distritais e municipais das políticas setoriais (Ibid., p.162).

g) O usuário não pode ser tido como mero colaborador ou coadjuvante no trabalho; ele é o protagonista do processo de trabalho, é o sujeito da ação:

implica estimular e subsidiar a participação e o empoderamento dos usuários e seus familiares, tanto nos serviços como nos conselhos das políticas sociais em nível local, distrital, municipal, estadual e nacional, como atores legítimos e imprescindíveis de uma gestão a ser direcionada para seus interesses e demandas (loc. cit.).

h) São múltiplas as dimensões que devem receber atenção dos profissionais:

requer um processo de recolocação e reproblemática das noções de cuidado, de sua humanização nos serviços, revalorizando-se os aspectos qualitativos, subjetivos, de gênero (particularmente em relação à atenção à mulher) e de geração (principalmente na relação com crianças, idosos e no campo dos cuidados paliativos) da atenção, da relação profissional-usuário, de conhecimento e in-

tegração com o suporte provido pelas redes sociais dos usuários, de forma comprometida com o desenvolvimento de oficinas e outras estratégias concretas de sua implementação nos serviços de saúde e saúde mental. (loc. cit.)

Vasconcelos resume assim suas contribuições para o campo das abordagens psicossociais:

um modo de pensar diferenciado (no qual a concepção de paradigma da complexidade é chave); um compromisso de conceber o objeto de estudo e de prática profissional pela ótica das múltiplas dimensões em que ele emerge na realidade e se coloca como desafio para atores sociais e gestores de política pública, engajados nas lutas sociais populares; uma perspectiva epistemológica própria, uma forma particular de organizar o conhecimento, que inclui dialogar de forma interdisciplinar, pluralista e não linear, várias abordagens progressistas relevantes; uma concepção própria de pensar e exercer o engajamento ético-político; uma estratégia própria para identificar parceiros e mobilizar alianças entre atores e abordagens emancipatórias; uma perspectiva de inacabamento que exige se assumir mais riscos e um constante papel ativo e criador do(s) sujeito(s) produtor(es) do conhecimento e que realiza(m) a práxis, e que adota(m) tal perspectiva ética (Ibid., p.166).

A dimensão ético-política constitui o principal fundamento das abordagens psicossociais; é sua origem e horizonte na práxis desenvolvida no campo social:

É no terreno dos valores e da práxis que temos o núcleo básico de formação e aliança no campo: a partir dos desafios concretos das práticas e programas psicossociais, mas gradualmente ir compreendendo-os como inseridos nas mazelas e contradições mais amplas da sociedade atual, o que nos engaja, portanto, nas lutas dos movimentos sociais democrático-populares, por amplos

direitos civis, políticos e sociais, bem como por políticas públicas universais, integrais e participativas, de qualidade e acessíveis para toda a população (loc. cit.).

Alguns operadores técnicos das abordagens psicossociais no âmbito da Assistência Social

A Atenção Psicossocial é um tipo de atuação profissional desenvolvida por profissionais da área de Psicologia – embora não exclusivamente –, envolvendo um conjunto de procedimentos técnicos especializados, com a finalidade de estruturar processos e ações de atendimento de indivíduos e de grupos que procuram por serviços públicos de Assistência Social (Lancetti, 1996; Conselho Federal de Psicologia, 2009), de saúde e de saúde mental (Amarante, 1995; Costa-Rosa; Luzio; Yasui, 2003), entre outros. De modo geral, pode-se considerar a Atenção como uma ação constituída por uma série de elementos técnicos instrumentalizados e empregados por diversos profissionais nos campos da Assistência Social, da saúde e da saúde mental, da Educação etc. “Atenção”, com inicial maiúscula, designaria assim o conjunto de ações realizadas em diversas áreas do campo social, focadas em práticas múltiplas, nas quais estariam incluídas as noções de tratamento, de cuidado, de promoção e inclusive de atenção.

Há um conjunto de práticas de Atenção orientadas por perspectivas teóricas, técnicas, éticas e políticas encontradas no campo das abordagens psicossociais que precisa ser explicitado, configurando propriamente o que se denomina de atendimento psicossocial, oferecido por uma equipe profissional multidisciplinar.

“Atendimento” significa ato ou prática de atender; remete à oferta de uma atenção sistemática para o sujeito que procura por determinado estabelecimento assistencial, público ou privado. Inclui o conjunto organizado de atividades do processo técnico de trabalho desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, no qual as

especialidades profissionais se complementam e se superam na direção da integralidade da atenção.

O atendimento psicossocial tem como objetivo promover um atendimento especializado, partindo de uma postura ético-política crítica que se expressa em uma série de atitudes e procedimentos técnicos que incluem: acolher e dar apoio; escutar; atividades de informação e de orientação; o manejo da transferência; o encaminhamento; o acompanhamento e o monitoramento; as visitas domiciliares; a construção de trabalho em redes; as oficinas e os grupos. Tais atividades e ações se caracterizam por perspectivas institucionalistas, crítico-políticas, psicanalíticas, socioassistenciais e educacionais, devendo compor um projeto ou plano de atendimento para cada sujeito que é recepcionado no serviço.

O encaminhamento designa o ato de orientar, dirigir e conduzir os usuários de dado serviço institucional a procurar e a acessar determinados serviços especializados junto de outros serviços, programas e projetos desenvolvidos por outros estabelecimentos que compõem a rede de atendimento público territorial. O acompanhamento implica em monitorar os encaminhamentos realizados para outros serviços, informando-se sobre o atendimento que está sendo oferecido aos indivíduos encaminhados. Trata-se de saber se eles estão sendo atendidos e quais os impactos desses atendimentos quanto ao equacionamento de suas queixas e demandas.

O atendimento inclui a atenção às diversas dimensões dos sujeitos que procuram por serviços de Assistência Social, de Saúde e de Saúde Mental, tais como atenção ao corpo, atenção jurídica, psicológica, econômica ou social. Inclui um conjunto de ações e procedimentos técnicos desenvolvidos pelo serviço e também por sua necessária articulação em rede com outros serviços, programas e projetos de atenção no campo das políticas públicas. O “trabalho em rede” não pode ser reduzido a uma estratégia de captura e de mera gestão dos problemas sociais, fazendo os indivíduos atingidos por eles circularem indefinidamente por uma série de estabelecimentos sociais, nos quais possam ser monitorados, vigiados e

controlados enquanto são mantidos na pobreza e na subalternidade, sem se rebelarem contra a manutenção indefinida de condições de vida insuportáveis (Benelli; Costa-Rosa, 2010).

A acolhida inicial em determinado estabelecimento pode ser um atendimento individual operacionalizado por meio de técnicas de entrevista, visando receber o sujeito que procura algum tipo de atendimento, ofertando uma escuta que lhe permita articular, no plano discursivo, suas dificuldades. As principais ferramentas de trabalho no atendimento psicossocial são os grupos e as oficinas, visando potencializar a autonomia pessoal e social, a organização do coletivo, promover uma participação mais ampla na vida social e fortalecer as redes de convivência e de apoio. Parte-se do princípio de que os indivíduos que procuram pelos serviços públicos diversos são cidadãos-usuários; são sujeitos de direitos e de deveres e são também sujeitos desejantes, sujeitos do inconsciente. Os temas da cidadania, da política e da subjetividade se atravessam e são inseparáveis no âmbito da Atenção Psicossocial, nos campos da Assistência Social, da saúde e da saúde mental.

Certamente, o atendimento psicossocial produz efeitos terapêuticos (no pior dos casos, também pode produzir efeitos iatrogênicos), mas não se busca particularmente promover efeitos “psicoterapêuticos” individuais, promovendo transformações numa certa interioridade psicológica pessoal. Esse atendimento também é um tipo de “atendimento psicológico”, embora não possa ser considerado estritamente apenas “psicoterapêutico” num sentido clássico, tal como se propõe numa abordagem clínica tradicional, focada no atendimento individual curativo. A atuação profissional no atendimento psicossocial pode lançar mão de tecnologias psicológicas básicas, mas se distingue da psicoterapia por seus objetivos e estratégias. A psicoterapia pode ser uma das ferramentas dentro de um processo de atendimento psicossocial, assim como podem ser utilizados os grupos, as oficinas e inclusive o uso adequado de medicação, prescrita pelo médico, como coadjuvante do processo de atendimento psicossocial. Mas tais elementos não são oferecidos *a priori* nem de modo exclusivo aos usuários.

Busca-se evitar tanto uma perspectiva estritamente psicologizante e patologizante dos impasses vivenciados pelos sujeitos (Benelli, 2009) quanto sua medicalização (e “psiquiatrização”) e medicação, promotoras de grandes efeitos iatrogênicos.

A Atenção Psicossocial se pauta por um viés crítico e politizante dos problemas sociais em geral, sendo que seu equacionamento integral passa necessariamente pela construção de uma cidadania radicalmente democrática e popular.

Sobre a genealogia: saberes, poderes e sujeitos em produção

Outro plano de análise pode ser encontrado na perspectiva genealógica. Foucault (1999) desenvolveu a noção de “arquipélago carcerário”, expressando com essa ideia a difusão do poder disciplinar pelo tecido social. Parece ser uma hipótese interessante para estudar a emergência de estabelecimentos abertos e flexíveis para a gestão social de crianças e adolescentes considerados em “situação pessoal e social de risco”. Foucault afirmou que diversas outras instituições, bem além do direito penal, construíram o arquipélago carcerário: colônias agrícolas para adultos e crianças pobres, abandonadas e consideradas vadias; refúgios para tirar moças e meninas da prostituição; colônias penitenciárias industriais; orfanatos para crianças abandonadas ou indigentes; estabelecimentos para aprendizes; fábricas-conventos etc. Houve um alargamento dos círculos carcerários, e nessas instituições a prisão foi se diluindo lentamente, até desaparecer por completo. Surgiu também uma série de dispositivos que não reproduzem a prisão “compacta”, mas utilizam alguns dos mecanismos e técnicas carcerárias, tais como os patronatos, as obras de moralização, as centrais de distribuição de auxílios e vigilância, a construção de cidades operárias. Haveria uma grande organização carcerária que reúne todos os dispositivos disciplinares que funcionam disseminados na sociedade.

As fronteiras entre o encarceramento, os castigos judiciais e as instituições de disciplina tendem a desaparecer para constituir um grande *continuum* carcerário que difunde as técnicas penitenciárias, até as disciplinas mais inocentes. Ele transmite as normas disciplinares até a essência do sistema penal e faz pesar sobre a menor ilegalidade, sobre a mínima irregularidade, desvio ou anomalia, a ameaça da delinquência. “Uma rede carcerária sutil, graduada, com instituições compactas, mas também com procedimentos parcelados e difusos, encarregou-se do que cabia ao encarceramento arbitrário” (Ibid., p.246).

Assim como a justiça penal, a prisão transforma o processo punitivo em técnica penitenciária. O arquipélago carcerário transporta essa técnica da instituição penal para o corpo social inteiro, num investimento capilar e microfísico, produzindo sujeitos dóceis, adestrados e úteis. As múltiplas relações de poder atravessam a produção do conhecimento, constituindo campos de saber (Ibid.). Os saberes “científicos” e, dentre eles, as ciências humanas, podem ser compreendidos como dispositivos políticos articulados com as estruturas sociais, produzindo efeitos de verdade, de poder e de saber que desenham as figuras do delinquente, do louco, da “criança em situação de risco” e do “adolescente infrator”, entre outras.

O contexto contemporâneo das entidades assistenciais

Há uma história relativa à infância e à adolescência como alvos das políticas públicas (Cruz; Hillesheim; Guareschi, 2005). Houve uma construção social dessas categorias sociais (Ariès, 1985; Banditer, 1985), e à sua invenção sempre estiveram ligadas diversas formas de intervenção, de regulação e de controle social (Bujes, 2000), pois as políticas públicas têm participado da construção de determinadas formas históricas de ser criança ou adolescente ao utilizarem padrões de normalidade e anormalidade,

etapas evolutivas e cuidados prescritos para esses atores sociais que foram elaborados pelas ciências humanas, principalmente pela Psicologia.

No Brasil do século XIX, a institucionalização da infância abandonada começou com a internação em estabelecimentos religiosos numa parceria com o poder público municipal (Rizzini, 2006, 2008; Marcílio, 2006). No início do século XX, com as mudanças sociais e políticas, o Estado começa a ter uma maior participação nos cuidados com a infância: aparece o termo “menor”, remetendo a uma noção de menoridade desses atores sociais ligada a questões de criminalidade. Com o crescimento urbano desordenado, os “menores” se tornaram um problema para o poder público (Bulcão, 2002). A estratégia consistia em internar crianças e adolescentes em estabelecimentos correccionais cujo processo educativo se baseava na disciplina do trabalho (Martins; Brito, 2001). Eles passam a ser percebidos a partir da noção de periculosidade, e, com uma preocupação acerca de sua gestão e tutela, instituições de internação surgem para ligá-los a aparelhos de correção, buscando seu enquadramento, controle e normalização. Foucault (1999) descreve a sociedade disciplinar e os estabelecimentos que ela cria, centrados na vigilância e na normalização dos indivíduos. É nesse contexto que também surge a noção de prevenção da delinquência, buscando vigiar aquilo que pode ser potencialmente perigoso. A Medicina, a Pedagogia, o Direito, a Psicologia e a Psiquiatria passaram a se ocupar com a higienização e controle dos espaços públicos (Cruz; Hillesheim; Guareschi, 2005).

É possível observar a articulação histórica de saber e poderes em práticas discursivas e não discursivas, criando dispositivos produtores de subjetividade infantil e adolescente tidos como naturais e universais, que passaram a ser objeto psico-médico-biológico-legal, passíveis de ordenação e classificação. Ao longo do século XX, as políticas públicas buscaram criar medidas sistemáticas de intervenção, visando recuperar e reintegrar os “menores delinquentes” à vida social, sobretudo por meio dos reformatórios em regime fechado (Martins; Brito, 2001). Durante a ditadura militar,

foi criada a Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM), pautada em métodos terapêuticos e pedagógicos que visavam recuperar e ressocializar os menores infratores, mas sem sucesso, tendo sido muito criticada.

O ano de 1989 foi declarado como o ano internacional da criança – a infância e a juventude foram temas internacionais importantes durante a década de 1980, culminado com a *Convenção sobre os Direitos da Criança* de 1989, que incorporou a Doutrina da Proteção Integral, segundo a qual crianças e jovens são considerados pessoas em desenvolvimento e indivíduos vulneráveis. No Brasil, todo esse movimento culminou na publicação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), que estabeleceu o caminho para a intervenção popular nas políticas de assistência, traçando as diretrizes da política de atendimento: criação de conselhos municipais, estaduais e nacionais dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurando a participação popular paritária por meio de organizações representativas segundo leis federais, estaduais e municipais. Iniciou-se então uma fase de desinstitucionalização, caracterizada por uma nova política que ampliasse quantitativa e qualitativamente a participação da sociedade na elaboração, deliberação, gestão e controle das políticas para a infância, o que é fundamental para a garantia da prática da lei (Brasil, 1990).

Apesar dos inegáveis avanços, uma leitura inicial do ECA nos permitiu observar, logo de partida, alguns aspectos desse documento que merecem ser problematizados: a adoção de uma visão psicológica evolutiva naturalizada e idealizada quanto ao desenvolvimento dos indivíduos, a crença na estratégia da privação de liberdade como medida legal diante das infrações à lei, as noções complexas de “sociedade”, “comunidade” e “família nuclear” no atual contexto social, entre outras. A própria noção de crianças e adolescentes em “situação de risco pessoal e social” parece ambígua, pois parece recobrir as figuras do “menor carente” e do “adolescente delinquente e marginal” na evolução da legislação relativa à infância no país. Crianças e adolescentes se encontram em

situação de vulnerabilidade pessoal (podem ser privadas de condições de vida familiar normal e estável) e social (exposição à mendicância, à exploração sexual, ao tráfico de drogas e à violência) por causa da situação de pobreza na qual sobrevivem, sendo que isso se deve a causas estruturais sócio-históricas do modo de produção do capitalismo monopolista contemporâneo. Por outro lado, a sociedade também se sente ameaçada e em risco diante da criança pobre de hoje, que pode se tornar o criminoso de amanhã. Daí a importância das entidades assistenciais que possam atender essa clientela. O ECA ainda contempla a criação dos Conselhos Municipais Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecimentos que também pretendemos conhecer melhor.

Situar o cuidado e a atenção à infância e à adolescência no contexto mais amplo da história política do Brasil permite mapear as diversas políticas públicas implementadas nesse campo: alguns períodos da história nacional fornecem pontos de referência que possibilitam estudar as mudanças nas concepções e práticas sociais relativas a esse tema. De modo geral, Merisse (1996) afirma que o atendimento à infância brasileira pode ser estudado por meio de uma série de fases: uma fase *filantrópica* inicial, seguida por outra de caráter marcadamente *higiênico-sanitária*; uma terceira fase de orientação *assistencial* e, finalmente, uma fase centrada na dimensão *educacional* que perduraria até a atualidade. De modo semelhante, Pinheiro (2004) apresenta quatro grandes etapas relativas às representações sociais predominantes quanto a crianças e adolescentes na história brasileira: no período do Brasil Colônia, eles foram tomados enquanto *objetos de proteção social*; a partir do início do Brasil República, tornaram-se *objetos de controle e disciplinamento*; em meados do século XX, passaram a ser *objetos de repressão social*. Finalmente, a partir das décadas de 1970 e 1980, começaram a ser considerados *sujeitos de direitos*. No contexto sócio-histórico, práticas sociais, valores, ações políticas e instituições concretizam essas diferentes concepções com constantes embates simbólicos entre as configurações da infância e da adolescência, em momentos de enfrentamento, superposição e hegemonia.

Quanto aos estabelecimentos de proteção a crianças e adolescentes, fechados ou abertos, há estudos que apontam para os efeitos positivos da institucionalização de crianças e de adolescentes (Pinheiro, 2004; Morais et al., 2004; Santana et al., 2004; Siqueira; Dell'aglio, 2006; Costa; Assis, 2006; Borgheti, 2007), focalizando a dimensão do cuidado, da proteção integral e da socialização. Outros trabalhos já tendem a enfatizar seus efeitos iatrogênicos (Guirado, 1986; Marcílio, 2000, 2006; Benelli, 2002, 2003a, 2003b, 2004), mais atentos à dimensão do controle e à normalização social.